

# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano 850\$	Semestre . . . . . 450\$
A 1.ª série . . . . . 340\$	" . . . . . 180\$
A 2.ª série . . . . . 340\$	" . . . . . 180\$
A 3.ª série . . . . . 320\$	" . . . . . 170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$	
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$	
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

## AVISO IMPORTANTE AOS SERVIÇOS OFICIAIS

A fim de evitar duplicações na elaboração de assinaturas do «Diário do Governo», será conveniente que os serviços oficiais mencionem sempre nas respectivas requisições se a mesma assinatura já foi solicitada por ofício, e ainda, na altura da remessa da importância destinada ao seu pagamento, se torna indispensável que informem se a assinatura está requisitada, indicando o número e data do ofício da requisição.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

#### Portaria n.º 270/74:

Reforça o orçamento das forças terrestres ultramarinas de Macau em vigor para o ano de 1974.

### Ministério do Interior:

#### Decreto-Lei n.º 149/74:

Define os limites da cidade de Braga.

### Ministério do Ultramar:

#### Portaria n.º 271/74:

Estabelece o regime aduaneiro de entrada nas províncias ultramarinas, bem como a respectiva saída, de mercadorias, *dossiers*, arquivos, fórmulas e quaisquer outros documentos, resultante de compromissos internacionais assumidos.

#### Decreto-Lei n.º 150/74:

Introduz alterações no quadro do pessoal da Inspecção-Geral de Minas.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### DEFESA NACIONAL

#### Gabinete do Ministro

#### Portaria n.º 270/74 de 12 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro, refor-

çar o orçamento das forças terrestres ultramarinas de Macau em vigor para o ano de 1974 com os valores que a seguir se indicam:

### Receita ordinária

#### Capítulo 1.º «Receitas correntes»:

##### Artigo 1.º «Transferências — Sector público»:

##### N.º 1 «Contribuição da província»:

Alinea 3 «De crédito especial a abrir no decurso do ano» .....	3 000 000\$00
--	---------------

### Despesa ordinária

#### Capítulo 1.º «Despesas correntes»:

Artigo 2.º «Remunerações em espécie» ...	1 600 000\$00
Artigo 3.º «Previdência social»:	

N.º 3 «Outras despesas» .....	200 000\$00
-------------------------------	-------------

Artigo 4.º «Compensação de encargos» ...	600 000\$00
--	-------------

Artigo 6.º «Bens não duradouros» .....	400 000\$00
--	-------------

Artigo 7.º «Aquisição de serviços» .....	200 000\$00
--	-------------

	3 000 000\$00
--	---------------

Presidência do Conselho, 1 de Abril de 1974. — O Ministro da Defesa Nacional, Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Para ser publicada no *Boletim Oficial de Macau*. — B. Rebelo de Sousa.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral de Administração Local

#### Decreto-Lei n.º 149/74

de 12 de Abril

Atendendo ao que representou a Câmara Municipal de Braga no sentido de ser ampliada a área da cidade, com vista a ajustar-se ao respectivo plano de urbanização e expansão;

Considerando a conveniência de se aplicarem regras uniformes em toda a zona abrangida pelo aludido plano;

Tendo em vista o parecer favorável do Ministério das Obras Públicas;

Usando da faculdade conferida pela 1.<sup>a</sup> parte do n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> do artigo 109.<sup>o</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo único.** Os limites da cidade de Braga são definidos, de harmonia com a planta anexa, por uma linha que, partindo da Casa da Irmandade de Santa Marta da Falperra, se desenvolve em sucessivos segmentos de recta, no sentido da marcha dos ponteiros do relógio, por forma a constituir figura poligonal com os vértices situados nos seguintes pontos: capela da Misericórdia, do lugar do mesmo nome, da freguesia de Ferreiros; igreja de Gondizalves; igreja de Semelhe; entroncamento do caminho municipal n.<sup>o</sup> 1278-2 com a estrada nacional n.<sup>o</sup> 201; ponto de intercepção da linha recta que, do entroncamento atrás mencionado, inflete, para leste, de um ângulo de 261 graus, com a estrada nacional n.<sup>o</sup> 101, a 600 m para norte do

cruzamento desta estrada com a estrada nacional n.<sup>o</sup> 205-4; cruzamento da estrada nacional n.<sup>o</sup> 103 com a estrada municipal n.<sup>o</sup> 587, no lugar da Bela Vista, da freguesia de Gualtar; igreja de Espinho; ponto de intercepção do segmento de recta que parte da referida igreja, na direcção do cruzeiro do Monte Sameiro, com o limite do concelho de Braga, que passa desde aí a coincidir com o da cidade até ao ponto inicial da presente descrição.

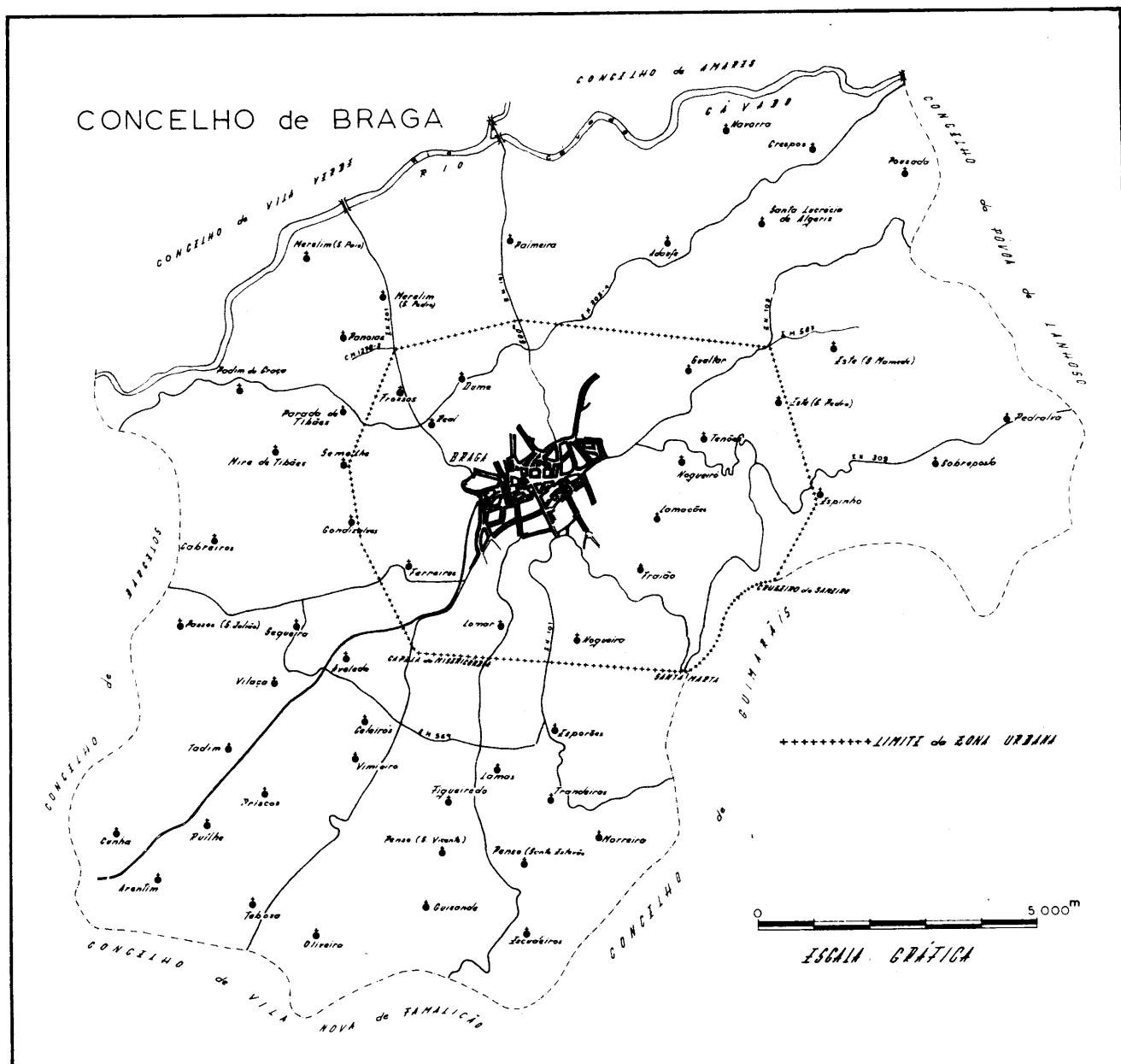
Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcos Caetano — César Henrique Moreira Baptista — Rui Alves da Silva Sanches.*

Promulgado em 27 de Março de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.



O Ministro do Interior, *César Henrique Moreira Baptista.*